

Intelectuais em ação, mineiridade em xeque

Intellectuals in action, 'mineiridade' in check

Laurindo Mékie Pereira*

Resumo

Este artigo analisa a crítica construída, no norte de Minas Gerais, à mineiridade. Na segunda metade do século XX, junto com a modernização econômica, um conjunto de discursos procurou instituir uma identidade específica na região, negando sua filiação à história e cultura mineiras. Diversas instituições e personagens contribuíram nesse processo, entre eles o engenheiro Simeão Ribeiro Pires e o economista Expedito Mendonça, cujas ideias e trajetórias são privilegiadas neste texto.

Palavras-chave

Mineiridade. Identidade norte-mineira. Intelectuais.

Abstract

This article analyzes the critical built in the north of Minas Gerais, to the "mineiridade". In the second half of the twentieth century, along with economic modernization, a set of speeches sought to adopt a specific identity in the region, denying his membership of the history and Minas Gerais culture. Various institutions and characters contributed to this process, including Simeon Ribeiro Pires engineer and economist Expedito Mendonca, whose ideas and paths are privileged in this text.

Keywords

Mineiro. North mining identity. Intellectuals.

* Professor do Mestrado em História da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Doutor em História pela USP. Bolsista da FAPEMIG (BIPDT). Publicações recentes: PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. *Topoi (UFRJ)*, v. 10, n. 18, p. 48-66, jan./jun. 2009; PEREIRA, Laurindo Mékie. Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades regionais. *Historia & Perspectiva* (UFU), n. 40, jan./jun. 2009, p. 117-150; PEREIRA, Laurindo Mékie. Cidadania ampliada: lutas sociais contemporâneas. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; PATRIOTA, Rosângela (Org.). *Escritas e narrativas históricas na contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 133-143.

A mineiridade

A mineiridade é uma das mais sólidas identidades regionais presentes no Brasil. Desde seu surgimento, ela aparece nas falas e movimentos das lideranças do Estado. Em 2009-2010, a imprensa mineira, notadamente o *Jornal Estado de Minas*, recorreu com frequência à mineiridade para sustentar a pré-candidatura de Aécio Neves à presidência da República¹. O tom do jornal se elevou bastante nos primeiros meses de 2010, quando Neves foi instado pela direção nacional do PSDB a ser candidato a vice do paulista José Serra. Resistindo a esse “rebaixamento” dos mineiros, o diário evocou o direito de Minas ao protagonismo na política nacional, a exemplo do editorial “Minas a reboque, não!”, no qual o jornal se coloca como o porta-voz dos mineiros, condena de forma veemente a “arrogância que esconde amorismo e inabilidade” da direção do PSDB e dos paulistas, e a eles contrapõe Aécio Neves que, como um “político de alta linhagem de Minas”, recusa um “papel subalterno”².

Despedindo-se do Governo de Minas em 5 de março de 2010, Aécio Neves afirmou: “Minas é minha causa. Minha casa. Meu chão. Minha pátria – Minas historicamente desempenha papel fundamental na construção da nacionalidade”³. Em seu primeiro discurso no Senado Federal, ele criticou fortemente as gestões petistas, apresentou sua versão da história recente do Brasil e finalizou estabelecendo um *link* entre todo o seu pronunciamento e as tradições de Minas:

E, aqui, não posso deixar de lembrar Minas, a história de Minas e as lições que nos legaram [...]. Elas nos dizem que cada geração tem o seu compromisso com a história. Elas nos dizem que a pátria é honrosa tarefa diária, coletiva e compartilhada. Não a realizaremos sob o signo do confronto irracional, nem tampouco da complacência⁴.

Em que consiste a mineiridade reclamada pelo *Jornal Estado de Minas* e por Aécio Neves? Como defini-la? Diversos autores⁵ já trataram

¹ SILVA, Érica Anita Baptista. Mídia e política: a construção da candidatura de Aécio Neves como presidenciável em 2010. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 4., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011.

² “Minas a reboque, não!” *Editorial do Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 1, 4 mar. 2010.

³ Discurso de Aécio é marcado pela emoção da despedida. *Estado de Minas*. Disponível em <http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia173/2010/03/05/noticia_politica,i=150355/index.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2011.

⁴ Veja íntegra do discurso do senador Aécio Neves. *Folha.com*. 6 abril 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/899074-veja-integra-do-discurso-do-senador-aecio-neves.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

⁵ FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. In: PEREIRA, Francelino. *Gilberto Freyre: o reinventor da história*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 26–48; DIAS,

da mineiridade, definindo-a como ideologia⁶, mitologia⁷ e, em sintonia com a nova história política, como cultura política⁸.

Para Arruda, a mineiridade apresenta um longo processo de formação. Para ela, os viajantes do século XIX “firmaram os pilares” da mineiridade com suas observações e registros. Estas fontes foram decodificadas pelos ensaístas que, ao longo do século XX, “granjearam para os mineiros o contorno da sua identidade”⁹. Por sua vez, as lideranças políticas “ungiram-se no aroma identificador que exalava por todos os poros, transformando-se nos grandes emissários dessa construção. Com suas ações aduziram novos tons à fotografia.”¹⁰ A mineiridade seria, então, um mito que se fez “a partir da realidade de Minas e das práticas sociais” e que, quando utilizado pelos políticos, revela sua dimensão ideológica¹¹.

Neste texto, interessa especificamente essa fração política da mineiridade que Dulci denomina de subcultura política mineira cujos traços fundamentais seriam: a) o apego à tradição e à continuidade, b) a valorização da ordem e da estabilidade, c) uma visão evolucionista da história, d) o centrismo, a aversão pelas soluções radicais, e) o pragmatismo, a acomodação de interesses e f) a perspicácia e habilidade políticas¹². Para o autor, a mineiridade teria três funções ideológicas: 1) é ideologia da classe dominante, contribuindo para organizá-la, fornecendo-lhe uma concepção comum, um código unificador; 2) contribui para legitimar o poder das elites na medida em que é compartilhada por parte da sociedade e 3) dá suporte aos interesses do Estado nos embates nacionais¹³.

Identidade unificadora, a mineiridade procura agrupar, no plano cultural e político, as diversas e heterogêneas regiões do Estado. A própria diversidade é tratada, no discurso da mineiridade, como um dado

Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. *Ciência & Trópicos*, Recife, v. 13, n. 1, p. 73–89, jan./jun. de 1985; MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 2, n.1, jan./abr. 1987.

⁶ DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1984 e DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

⁷ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸ HELENO, Alexandre Peixoto. Aspectos da cultura política das esquerdas juizforanas: a perspectiva da mineiridade. In: COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL – LAHES, 1., 2005, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 1-13.

⁹ ARRUDA, op. cit., p. 29.

¹⁰ ARRUDA, op. cit., p. 30.

¹¹ Ibid., p. 198.

¹² DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 195.

¹³ Ibid., p. 200-201.

positivo, que confere a Minas Gerais a condição de síntese do país. A sua posição mediterrânea seria também elemento definidor de sua condição de ponto de equilíbrio da nação:

O papel de Minas no Brasil seria, portanto, o de assegurar o equilíbrio e a conciliação dos interesses das várias regiões. Sua localização central, ligando-se ao norte e ao sul do país, conferiria aos mineiros sensibilidade para os problemas de todos os estados e lhes permitiria exercer ação integradora e estabilizadora¹⁴.

Como é comum às identidades regionais, a mineiridade apresenta várias faces. Ora enfatiza a liberdade, ora a conservação, ora o progresso e o desenvolvimento¹⁵. Com variações, acréscimos e ênfases diferenciadas, esses elementos persistem ao longo do tempo, sendo um dado central nas articulações políticas internas e externas das lideranças mineiras.

Nesse sentido, qualquer questionamento à mineiridade implica um desafio à história do Estado, aos mitos que povoariam o imaginário dos mineiros e, mais pragmaticamente, um risco oferecido aos projetos políticos mais abrangentes das classes dirigentes do Estado.

As identidades territoriais, ensina Hall, são negadoras das diferenças. Tratando das identidades nacionais, o autor salienta que o discurso nacionalista encobre os recortes de classe, de gênero ou etnia. Além dessas diferenças, o discurso da nação procura englobar e negar outros tipos de lealdades territoriais menores, reunindo-as sob uma imagem generalizante que se anuncia e se pretende de todos¹⁶. De forma análoga, podemos dizer que a identidade mineira é um dispositivo unificador, que não necessariamente nega as diferenças, mas se sobrepõe a elas, reclamando uma lealdade superior.

Por diversas vezes a integridade do território mineiro foi ameaçada e junto com ela vários elementos da mineiridade foram colocados em xeque. As regiões sul, Triângulo e norte foram palco, desde o século XIX, de várias iniciativas separatistas¹⁷. No interior desses movimentos alguns

¹⁴ Ibid., p. 203.

¹⁵ Cf. a síntese da trajetória histórica da mineiridade em DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Op. cit., p. 196-200.

¹⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004. p. 61-64.

¹⁷ Sobre o movimento no sul: WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889–1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 e MARTINS, Herbert Toledo. *A fragmentação do território nacional: a criação de novos estados no Brasil (1823–1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Sobre o Triângulo, ver LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. *Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Dissertação (Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

intelectuais desempenharam um papel decisivo, como bem exemplifica as experiências na região norte, foco principal desse texto.

Nesse sentido, investigamos a construção, no Norte de Minas, de uma identidade alternativa à mineiridade. No interior desse processo, destaca-se o papel desempenhado pelos intelectuais, entre eles o engenheiro Simeão Ribeiro Pires e o economista Expedito Mendonça, escolhidos para análise neste artigo em virtude do lugar que ocuparam na história contemporânea do norte de Minas, especialmente no que concerne aos debates e mobilizações que visavam construir uma identidade própria na região.

Os intelectuais

a) Simeão Ribeiro Pires

Simeão Ribeiro Pires nasceu em Coração de Jesus, MG, em 1919. É oriundo de duas famílias importantes na região, especialmente os Ribeiros, cuja atuação era diversificada incluindo os segmentos da política, pecuária, comércio e indústria¹⁸. A história dos Ribeiros revela a existência de membros polivalentes nas elites norte-mineiras, à semelhança do que Otávio Dulci identificou para Minas Gerais como um todo¹⁹.

Simeão formou-se em engenharia civil em 1943 pela Universidade de Minas Gerais. É possível que a opção por esse curso seja um “sinal dos tempos”. Diferentemente dos tempos da Monarquia e da Primeira República quando a medicina e a advocacia eram as profissões mais cobiçadas, os engenheiros e economistas tornaram-se, progressivamente, após 1930, profissionais importantes em uma economia sob crescente influência desenvolvimentista²⁰.

Na década de 1940, Simeão trabalhou como empreiteiro de obras da construção da ferrovia que ligava a região norte-mineira ao sul da Bahia, dando continuidade a um projeto iniciado ainda no começo do século XX²¹.

Foi nessa experiência que o engenheiro se interessou também pela história. Segundo seu próprio relato, a ferrovia obrigou-o a morar por três anos no município de Espinosa, no extremo norte de Minas, junto à fronteira com a Bahia. Nesse tempo, por volta de 1946, ele tomou

¹⁸ PIRES FILHO, Luiz. *Memória de uma Aroeira*. Belo Horizonte: Rona, 1994.

¹⁹ DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

²⁰ BIELSCHCOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

²¹ LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. *Caminhos da História*, Montes Claros, v. 4, n. 4, p. 83–110, 1999.

conhecimento do livro *Código da Casa da Ponte – nos sertões do Rio Pardo*, edição de 1819. Além do livro, ele diz ter encontrado “numerosas escrituras de sítios adquiridos do ‘Ilmo. Conde da Ponte’ na região”, daí o seu interesse “pelo estudo da história colonial, especialmente a gênese da grande parte da propriedade rural no sertão”²².

Herdeiro da tradição política da família, Simeão foi candidato a prefeito de Montes Claros em 1947 pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1954 pelo Partido Republicano (PR) e, em 1958, novamente pelo PR, quando foi finalmente eleito. Simeão foi também vereador pelo PR entre 1963 e 1966 e pela ARENA em dois mandatos, entre 1966 e 1973²³.

Nos anos 1950 ele era, também, industrial. Em 1957, foi um dos líderes do I Congresso do Algodão, evento realizado em Montes Claros por cotonicultores e industriais que cobraram do governo estadual maior assistência técnica, crédito e incentivos fiscais²⁴.

A gestão de Simeão Ribeiro como prefeito de Montes Claros (1959-1962) coincidiu com a crise após o ciclo de crescimento dos anos JK²⁵. Em âmbito regional, a situação era agravada pela recorrente estiagem. A imprensa falava de um quadro social desolador²⁶: cidades como Salinas tinham 85% da população analfabeta, alguns distritos tinham 97% das pessoas infectadas pela esquistossomose e a fome era comum em toda a região²⁷.

Foi nessa conjuntura que emergiram duas grandes linhas de ação dos grupos dirigentes regionais. A primeira e mais importante foi a mobilização por recursos junto a SUDENE, Superintendência criada em 1959 para o desenvolvimento do nordeste. A segunda foi a radicalização das críticas ao governo mineiro e os ensaios emancipacionistas. Os dois movimentos convergiam em vários aspectos e lançavam, naquele momento, os fundamentos de um discurso regionalista que se construiria e se difundiria ao longo das décadas seguintes.

²² PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: [s.n.], 1979. p. 29.

²³ GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Faces do Legislativo*. Montes Claros: Sociedade Editorial Arapuim, 1997.

²⁴ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor*: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

²⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

²⁶ Pelo *Diário de Montes Claros*, uma série de reportagens retratava o Vale do São Francisco: a) “Doença e miséria causando morte no São Francisco”, b) “Nove mil sertanejos esperam a morte em Itacarambi”, c) “Montes Claros cercada por barbeiros”, d) “Doente quase toda a população das margens do rio São Francisco”. Respectivamente, *Diário de Montes Claros*, Montes Claros, 24 mar. 1963, 24 mar. 1963, 02 abr. 1963 e 16 maio 1963.

²⁷ Revista *Encontro*, Montes Claros, n. 9, p. 8-13, fev. 1962.

O projeto original da SUDENE não incluía o norte de Minas. A inclusão deste foi fruto de muita negociação política no Congresso Nacional, sustentada por pressões da elite econômica regional composta por grandes criadores de gado e comerciantes²⁸. Na época, a Superintendência era apresentada como a “proclamação da independência” da região²⁹.

A emenda ao projeto SUDENE não foi suficiente porque permaneceram ambiguidades na legislação complementar quanto à sua área de atuação e os líderes nordestinos restringiam a liberação de recursos para a região. A resistência dos nordestinos era sintetizada no argumento de que o norte de Minas pertencia a um estado rico do sudeste, não se justificando, portanto, estender a ele os benefícios fiscais que a SUDENE previa.

Simultaneamente às batalhas político-parlamentares, os grupos dirigentes norte-mineiros recorreram à história, aos indicadores sociais, às condições do clima e solo para forjar o que denominei em outro texto de “nordestinização” do norte de Minas Gerais³⁰.

O estigma da região seca e pobre era antigo, datando do século XIX³¹. A novidade histórica é o tratamento da questão. É o que Bourdieu define como a “reivindicação pública do estigma [...] que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização.”³² A identidade regional então em debate dependia profundamente do próprio estigma. Como explica Bourdieu,

E, de facto, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como “província” definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência: é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar [...] para alterarem sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas [...]³³.

Simeão Ribeiro foi personagem ativo nesse processo. Afirmava ele em 1962:

²⁸ OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000.

²⁹ LIMA, José Carlos de. Segundo Plano Diretor da SUDENE aprovado: verdadeira redenção para o norte de Minas. *Diário de Montes Claros*, Montes Claros, 12 dez. 1962. p. 1 e 6.

³⁰ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

³¹ Ibid.

³² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 125.

³³ Ibid., p. 126-127.

Temos lutado muito para que o Congresso Nacional reconheça a área mineira da seca perfeitamente identificada como área nordestina [...] Desejamos os salutares efeitos de isenções fiscais e outros favores reconhecidos pela Lei que instituiu a SUDENE. [...] estamos numa região de alto índice de subdesenvolvimento, equiparando-se às mais assoladas do nordeste brasileiro³⁴.

Na mesma entrevista ele reclamava do esquecimento da região por parte do governo estadual e falava em possibilidades separatistas:

Fronte aos nossos problemas, não perdoamos aos governos a desassistência para com a região sertaneja. E os ideais dos caminhos separatistas, de muitos companheiros nossos, temos procurado evitá-los e corrigi-los, mas não sabemos até quando podemos controlar nossa gente. O “estouro da boiada” está perto...³⁵

Efetivamente, em 1962, diversas lideranças da região propuseram a sua separação de Minas Gerais. O mais enfático deles foi o então prefeito de Monte Azul Levy Souza e Silva que afirmava: “É preferível libertarmos para dirigirmos a nós mesmos, com nossos próprios esforços, que pertencermos a um grande Estado, numa situação de inferioridade que nos causa mal. Separados, dividiremos nossas responsabilidades e benefícios equitativamente”³⁶.

A ideia da separação estava associada às precárias condições sociais e econômicas e à tese do abandono da região pelas esferas estadual e federal do poder público. Assim, é razoável pensar que a expectativa criada em torno dos recursos da SUDENE tenha contribuído para arrefecer os ânimos separatistas, ainda que por poucos anos, como se verá.

Após deixar a prefeitura, Simeão se dedicou mais às pesquisas. Graduou-se em história na Faculdade de Filosofia e Letras (FAFIL) e tornou-se professor de “Estudos de Problemas Brasileiros” na Faculdade de Direito, em Montes Claros³⁷.

Os resultados do despertar de Simeão para a história em 1946 começaram a ser publicados em 1964, precisamente naquele contexto de nordestinização citado anteriormente. O primeiro texto é um pequeno artigo intitulado “Antônio Guedes de Brito – o regente do S. Francisco”. O autor narra a história de Antônio Guedes de Brito, um grande proprietário rural e comandante de armas que nasceu na Bahia entre

³⁴ UM SERTANEJO de lutas. *Montes Claros em Foco*, Montes Claros, n. 21, p. 16-17, nov./dez. 1962.

³⁵ *Ibid.*, p. 17.

³⁶ NORTE DE MINAS caminha para a revolução. *Revista Encontro*, Montes Claros, p. 12, fev. 1962.

³⁷ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Homem de Montes Claros*. Orelha do livro PIRES, Simeão Ribeiro. *Serra Geral: diamantes, garimpeiros & escravos*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2001.

1626 e 1627. Brito teria se destacado nos embates contra os holandeses, recebendo, em recompensa, honrarias e terras. O ponto máximo dessas conquistas foi a sesmária de 160 léguas que se contavam, continuamente, do Morro do Chapéu, na Bahia, até as nascentes do Rio das Velhas, na região onde seriam, no futuro, as minas. O autor diz que, além desse imenso latifúndio, Brito era uma figura destacada nas armas, tendo “às suas expensas um aguerrido corpo de milicianos”³⁸.

Era este, na visão da Coroa, o homem ideal para “devolver a paz” ao sertão do São Francisco: “A Coroa, no intuito de assegurar a ordem nas margens do S. Francisco, onde bandidos, mamelucos e negros aquilombados traziam a população em sobressalto, matando e roubando, nomeou-o ainda, *regente do S. Francisco*.”³⁹

Com as bênçãos da Coroa, partiu o regente para sua missão, “À frente de 200 homens, subiu o S. Francisco, alcançando até as povoações florescentes dos Rios Jequitai e das Velhas, pacificando na sua marcha o sertão ermo – dos *currais de gado*’, intranqüilizado por ondas de assaltos.”⁴⁰ Segundo o autor, Antonio Guedes de Brito faleceu entre 1692 e 1695, deixando como herdeira uma única filha, Isabel Guedes de Brito.

Na edição seguinte da revista, Simeão Ribeiro narra a sequência da saga dos Guedes Brito, revelando a sucessão de nomes, casamentos e intrigas relacionados à família detentora do segundo maior latifúndio da colônia⁴¹. Essa é a origem das terras da “Casa da Ponte”, cujo códice de 1818, Simeão Ribeiro Pires encontrou, por acaso, em 1946.

Analisando a trajetória do “regente do S. Francisco” e citando Pedro Calmon, o autor comenta: “Guedes Brito cobiçou o ocidente, o curso superior do S. Francisco, o sertão que confinava com os espigões e as nascentes de um território misterioso que viria a chamar-se Minas Gerais. Era o homem do oeste. E acertou. (Pedro Calmon)”⁴²

b) Expedicto Mendonça

As informações sobre a trajetória de Mendonça a que tive acesso são escassas. Embora integre, também, uma família montesclareense, seu lugar na história da cidade e da região é menos conhecido em relação a Simeão Ribeiro Pires. No entanto, seu papel no questionamento da mineiridade a partir do norte de Minas é de suma importância.

³⁸ PIRES, Simeão Ribeiro. Antonio Guedes de Brito – o regente do S. Francisco. *Revista Montes Claros em Foco*, Montes Claros, n. 27, dez. 1964. Obra não paginada.

³⁹ Ibid. Grifos no original.

⁴⁰ Ibid. Grifos no original.

⁴¹ PIRES, Simeão Ribeiro. De Guedes Brito aos domínios da Casa da Ponte. *Revista Montes Claros em Foco*, Montes Claros, n. 28, maio 1965.

⁴² Ibid.

Formado em economia, Expedito Mendonça trabalhou na década de 1960 em Brasília como assessor parlamentar, tendo participado do processo de elaboração da Constituição de 1967⁴³. Na segunda metade daquela década, ele escreveu o trabalho *O Estado de São Francisco: solução para as crises que afligem a região*⁴⁴.

Mendonça faz um diagnóstico da economia regional delineando um quadro de baixa produção e produtividade decorrentes da ausência de investimentos e de técnicas arcaicas. Sua leitura da região é dualista. Segundo ele,

Há nela, distintamente, um setor antiquado, ultrapassado e obsoleto; e outro, aparentemente moderno. O primeiro pode ser visto como um estágio feudal e, o segundo, como uma economia do tipo pré-capitalista. Coexistindo nesta área duas épocas. Uma obedecendo os ditames econômicos do século XIX, cronologicamente, embora ainda mais recusado historicamente; e outra esforçando-se para ingressar nos domínios dos modernos postulados econômicos.

Trata-se de uma visão tributária das teses feudalistas e dualistas difundidas no Brasil dos anos 1950 e primeira metade dos anos 1960⁴⁵, ambas superadas por diversos estudos⁴⁶.

Ao diagnóstico fundado em teses dualistas e feudalistas, o autor soma, para as soluções, o enfoque desenvolvimentista, sintetizado no tripé planejamento, industrialização e o protagonismo do Estado, sem ferir os interesses do capital privado. Para ele, uma economia no estágio dualista exige o planejamento como condição indispensável para o desenvolvimento⁴⁷. As ações planejadas seriam em prol da industrialização: “É óbvio que a correção da crise ou da inanição econômica do norte de Minas se encontra na industrialização.” Era esse setor que possibilitaria a “passagem de sua economia ao século XX”⁴⁸.

⁴³ MENDONÇA, Expedito Roberto de. *O Estado de São Francisco: solução para as crises que afligem a região*. Ribeirão Preto: [s.n.], 1970.

⁴⁴ O autor apresenta esse trabalho como uma tese de doutorado em economia. A cópia a que tive acesso está em estado precário, tornando impossível fazer uma referência segura a seu respeito. A informação de que seu trabalho foi aprovado em forma de tese de doutorado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto em 1970 é dada pelo próprio autor em correspondência encaminhada ao professor Alfredo Dolabela em 1984. Aqui faremos referência ao texto como MENDONÇA, Expedito Roberto de. *O Estado de São Francisco: solução para as crises que afligem a região*. Ribeirão Preto: [s.n.], 1970.

⁴⁵ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2. ed. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.

⁴⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁴⁷ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

⁴⁸ MENDONÇA, Expedito Roberto de. *O Estado de São Francisco*. Op. cit.

Ao Estado caberiam as ações estratégicas. Estas seriam “elemento capital nos processos de mudanças econômicas”. Concretamente, o Estado deveria conceder incentivos fiscais, investir em infraestrutura, capitalizar e investir através de Bancos de fomento⁴⁹.

Frente aos postulados de Mendonça emerge uma pergunta inevitável: por que a criação do novo Estado é a “solução para as crises que afligem a região”? Se efetivamente válidas, as medidas por ele sugeridas não poderiam ser implementadas pelo governo de Minas Gerais?

Dentro da tríade desenvolvimentista, o papel do Estado parece ser o mais importante. Haveria, segundo Mendonça, um grande potencial inexplorado no norte de Minas. A causa disso era exatamente a ausência do Estado. O “abandono” seria derivado de opções políticas e de uma federação mal construída. Para ele, Minas Gerais seria um exemplo claro de uma unidade federativa irrealista: extensa e que não respeitava as especificidades regionais. O autor chega a dizer que o Estado de Minas Gerais, “na atual federação, em virtude de uma divisão territorial irrealista, até confunde e desanima o mais perspicaz dos homens públicos, constituindo-se num pesadelo para os governantes”⁵⁰.

A extensão e diversidade que a mineiridade reclama como símbolos da sua condição de síntese nacional, Mendonça descreve como pesadelo. No lugar de Minas Gerais, seria a sua região norte especificamente o lugar do encontro das diversas partes do Brasil:

O norte de Minas é o palco ideal para o encontro de dois Brasis: o sulista e o nordestino. Um exuberante, dotado do maior parque industrial da América Latina, e outro ainda sofrido, apesar das notáveis transformações [...] O norte de Minas é mesmo, como alguém o chamou, a janela que se abre para o nordeste. Não terá a história marcado neste ponto o esperado encontro?⁵¹

Além de obstruir o desenvolvimento e também por causa disso, a divisão territorial defeituosa colocaria em risco a soberania nacional. O Estado de São Francisco seria parte de um projeto maior: “O objetivo desse trabalho é a salvaguarda da soberania brasileira por meio da integração econômica de que tanto nos ressentimos. A criação de uma dezena de estados na região amazônica e outras constitui a via mais imediata desta integração.” Caso não fossem redivididas, as unidades muito extensas poderiam comprometer a unidade nacional, transformando o país numa África, “subdividida em mais de cinquenta pequenas nações, em cujos territórios as potências alienígenas praticam o seu jogo de interesses”⁵².

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ MENDONÇA, Expedito Roberto de. Op. cit.

⁵² Ibid.

Dessa forma, o novo estado atenderia a imperativos regionais – promover o desenvolvimento do norte de Minas – e nacionais, evitar que as “soberanias estaduais”, expressão do autor, comprometam a nação.

Em síntese, “O progresso não é fruto do acaso, mas de um planejamento ordenado só possível quando emanado de um complexo administrativo com vivência própria dos problemas para cuja solução foi criado”. Daí porque se propõe uma “uma administração autônoma para a região, com força e os poderes de um Estado, de fato e nominalmente”⁵³.

Pires e Mendonça e suas ideias são, a um só tempo, agentes e partes de um determinado tempo histórico. Especialmente na trajetória de Pires percebe-se a combinação de fatores diversos, conjugando as decisões individuais, o fortuito e os condicionamentos das estruturas, ou seja, combinando a liberdade, o acaso e as causas materiais, os tipos de fatores que, segundo Veyne, estão presentes em todos os fatos históricos⁵⁴.

Os intelectuais Pires e Mendonça foram agentes decisivos na construção de um discurso antimineiridade no norte de Minas. Mais do que um discurso ou uma teoria, eles fizeram parte do movimento social e histórico que produziu essas ideias. Essa sua dupla função condiciona a escolha dos melhores conceitos para defini-los.

Sirinelli define os intelectuais genericamente como os “mediadores culturais”, aí incluídos jornalistas, escritores, professores e eruditos. Uma segunda acepção restringiria esse grupo a partir do critério do engajamento⁵⁵. Para Bobbio, intelectual é “alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos”⁵⁶.

Embora suas ações se deem no plano das ideias, a compreensão da história dos intelectuais não deve se restringir ao plano da razão. O meio intelectual tem suas “engrenagens”, as “redes” nas quais se constroem sociabilidades que condicionam os textos e ações dos seus participantes. Entre essas redes, Sirinelli cita as redações ou conselhos editoriais de revista e os “salões” muito comuns na passagem do século XIX para o XX. Nesses ambientes é que se produzem amizades, parcerias e hostilidades entre os intelectuais⁵⁷. O enfoque das sociabilidades, explica Rebeca Gontijo, permite a compreensão “das condições sociais em que as obras são produzidas, reconhecendo a autonomia relativa do campo intelectual, sem

⁵³ Ibid.

⁵⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1998. p. 86-87.

⁵⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 243-244.

⁵⁶ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 68.

⁵⁷ SIRINELLI, op. cit.

esquecer que esta possui vinculações mais amplas”. Além disso, o enfoque possibilita “seguir as trajetórias de indivíduos e grupos buscando mapear suas idéias, tradições, comportamentos e formas de organização”⁵⁸.

Gontijo toca em pontos importantes no debate sobre os intelectuais: a autonomia relativa e suas “vinculações mais amplas”. Para Karl Mannheim, os intelectuais eram a única camada social em condições de produzir sínteses isentas. Formada por elementos provenientes de todas as classes, essa camada seria autônoma em relação às clivagens socioeconômicas e seus interesses. Mas não se trata de um grupo suspenso em um vácuo, adverte o autor. Na verdade, a autonomia deste grupo deriva da natureza especial da sua composição, diferente dos segmentos como o operário e o empresário. Mannheim não ignora as diferenças no interior da *intelligentsia*, mas advoga que ela possui um “vínculo sociológico de unificação” cuja base maior é a educação: “A participação em uma herança cultural comum tende progressivamente a suprimir as diferenças de nascimento, *status*, profissão e riqueza, e a unir os indivíduos instruídos com base na educação recebida”⁵⁹.

No Brasil⁶⁰, Celso Furtado é um exemplo de discípulo de Mannheim: “Seguindo Mannheim, eu tinha uma certa idéia do papel da *intelligentsia* [...]. Sentia-me acima dos condicionantes criados por minha inserção social e estava convencido de que o desafio consistia em instilar um propósito social no uso dessa liberdade”⁶¹.

Outra vertente é a gramsciana. Para Gramsci, todo homem é, potencialmente, um intelectual, mas nem todos desempenham essa função. Ampliando o conceito, o autor o sintetiza como agente organizador das classes, aquele que as ajuda a se expressarem politicamente. Eles são indispensáveis a qualquer organização. Na realidade, “[...] não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria–prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica”⁶².

⁵⁸ GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Raquel.; BICALHO, Maria Fernanda Bicalho; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas Políticas*. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 277.

⁵⁹ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 180-181.

⁶⁰ Para uma síntese geral dos trabalhos sobre intelectuais brasileiros cf. MICELI, Sérgio. *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Sumaré, 1999.

⁶¹ FURTADO, Celso. *Celso Furtado*: obra autobiográfica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 v. v. 1, p. 101.

⁶² GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* – volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a, p. 104.

Diferentemente de Mannheim, para Gramsci os intelectuais integram as classes sociais. Eles não são uma classe específica. Sua autonomia é relativa e existe precisamente na medida em que a eles cabe o papel de formuladores e organizadores do consenso social⁶³. É o consenso que permite construir a hegemonia, isto é, a direção moral e intelectual de uma classe sobre as outras. Assim definida, a hegemonia implica o estabelecimento de relações complexas entre múltiplos agrupamentos sociais, requer um trabalho especial de formulações abrangentes que incluem diversas classes ou frações de classe⁶⁴. Para desempenharem a contento seu papel nas lutas de hegemonias, os intelectuais devem estar acima dos condicionantes imediatos e corporativos das classes sociais, não se desligando, no entanto, delas. Isto é, sua autonomia relativa relaciona-se à própria natureza de sua função.

Semelhantemente a Sirinelli e Gontijo, Gramsci não estuda os intelectuais apenas a partir de suas ideias, mas atenta para as suas relações sociais, para a vida concreta em que eles se inserem. A obra teórica *per se* é tratada quase com desprezo pelo pensador italiano. Interessa a ele as vinculações profundas do intelectual e suas ideias com o mundo do qual faz parte. O pensamento teórico isolado da vida social é pura “especulação racionalista”⁶⁵.

O intelectual gramsciano é, pois, o agente inserto em uma dinâmica social concreta. É aquele pensador/organizador cujas ideias transitam do estágio da “filosofia” (teoria pura) para o senso comum, a filosofia apropriada pelos não filósofos, os cidadãos comuns. Para o autor, é no campo da política que se opera a conversão da filosofia em senso comum. É nessa arena que intelectual e povo interagem efetivamente⁶⁶. E a “política” gramsciana é muito mais ampla que a rotina parlamentar-eleitoral. Ele se refere à amplificada “luta de hegemonias”⁶⁷, isto é, um conjunto complexo e diversificado de atividades culturais, eclesíásticas, partidárias, etc. que se desenrolam na sociedade civil.

Sem desconsiderar as outras contribuições, a leitura gramsciana parece mais adequada ao caso de Simeão Ribeiro Pires e Expedito Mendonça. Eles não integram uma “rede” de intelectuais a partir da qual se poderiam investigar sociabilidades. Não é possível falar em um grupo

⁶³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* – volume 5. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b, p. 64.

⁶⁴ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

⁶⁵ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* – volume 1, op. cit., p. 100.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 100.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 103.

de intelectuais no norte de Minas entre 1940 e 1990 nos termos que propõe Sirinelli.

As suas relações com as classes sociais indicam um caso diferente do que pensa Mannheim. Com Gramsci, interpreto a trajetória de Pires e Mendonça como agentes que ajudam as classes sociais a se organizarem e a se expressarem politicamente, integrando-as, mas gozando de uma liberdade relativa. As vinculações de Simeão com as classes dirigentes são explícitas pela sua própria tradição familiar. Mas mais importante que a origem social, em Gramsci, é o papel que desempenha que define a qualificação do intelectual. A partir desse princípio, examinando ideias e ações, pode-se afirmar que Expedito Mendonça foi igualmente um intelectual dos grupos dirigentes norte-mineiros no período.

Na senda de Gramsci, a história desses dois personagens vem sendo aqui discutida tendo em perspectiva a história da região como um todo, com o intuito de apontar o seu papel na construção de uma identidade norte-mineira específica e negadora da mineiridade.

Essa investida antimineiridade prosseguiu nos anos 1960/1970 e experimentou outro momento especial na década de 1980, ocasião em que Mendonça e Pires estavam novamente presentes, literalmente de corpo e alma: argumentando, organizando, coordenando, travando a difícil batalha contra o poderoso mito.

A mineiridade em xeque

A diversidade e unidade cantada em verso e prosa pelos adeptos da mineiridade e apontada como um dos ingredientes que conferem a Minas Gerais o *status* de “síntese da nação” foi desafiada no norte de Minas na segunda metade do século XX.

Como já apontado, o advento da SUDENE está na raiz do discurso que afirma as semelhanças da região com o nordeste, “tese” convergente com as constantes reclamações quanto à atuação do governo mineiro. Na mesma direção, emergiu, em 1962, a proposta separatista, ideia que, desde então, reaparece periodicamente nos meios políticos regionais.

Em 1967, quando o Congresso Nacional discutia a redivisão territorial do país, surgiu o movimento pelo Estado de Cabrália, reunindo o norte e noroeste de Minas, vale do Jequitinhonha e o sul da Bahia, tendo como um dos seus principais entusiastas o deputado montesclarenses Teófilo Pires.

O projeto foi encapado por vários líderes políticos e teve o engajamento direto da Associação Comercial e Industrial (ACI) de Montes Claros, a mais importante entidade dos setores industrial e

comercial do norte de Minas⁶⁸. A partir da ACI foi criada a *União para o Desenvolvimento Econômico do Interior de Minas e Bahia* – UDEIMB⁶⁹, tendo como presidente Corbiniano Rodrigues de Aquino, importante liderança industrial da região, e como primeiro vice Simeão Ribeiro Pires. Entre os objetivos da entidade estava “libertar o esquecido norte de Minas e o sul da Bahia, que formam um só bloco geoeconômico, dos grilhões que até agora vem entravando o seu desenvolvimento, em consequência de uma política discricionária dos dois Estados”⁷⁰.

Junto com a ACI e a UDEIMB, a Câmara Municipal de Montes Claros⁷¹ formou o tripé institucional que deu sustentação ao movimento separatista.

Por suas ideias, funções e vínculos, Simeão Ribeiro Pires foi figura central naquela conjuntura. Acumulando as funções de vereador, fazendeiro, industrial, professor e dirigente da UDEIMB, ele participava, simultaneamente, das três instituições que davam suporte ao projeto separatista, sendo, possivelmente, seu articulador principal. Além disso, Simeão era irmão do deputado Teófilo Pires, o representante do movimento em Brasília.

As justificativas para o projeto, apresentadas por Teófilo Pires no Congresso e repetidas pelos vereadores de Montes Claros⁷², se resumiam em três pontos: 1) abandono da região pelo governo estadual, 2) potencial inexplorado em virtude da ausência do poder público, 3) arcaísmo da divisão territorial que colocava em risco a unidade e segurança do país.

O novo Estado incluiria o sul baiano. O fundamento histórico para juntar as partes norte/noroeste mineiras e o sul da Bahia certamente eram as teses de Pires sobre uma unidade original das regiões a partir de Antonio Guedes de Brito, o “regente do São Francisco”.

A própria escolha no nome parece ter sido pensada a partir dessas raízes coloniais. Cabrália refere-se a Pedro Álvares Cabral. Essa escolha procura estabelecer uma antiguidade histórica para a região (sul da Bahia + norte de Minas). Embora o projeto não apresente uma explicação

⁶⁸ MINAS GERAIS. *Diário Oficial*, Belo Horizonte, 14 maio 1968 e UDEIMB. *Estatutos*. 31 jan. 1968.

⁶⁹ Uma sociedade civil registrada no Registro de Pessoas Jurídicas de Montes Claros, nas folhas 416–421 do livro A-1, e publicada no *Diário Oficial* do Estado de Minas Gerais no dia 14 de maio de 1968. MINAS GERAIS. *Diário Oficial*, Belo Horizonte, p. 26, 14 maio 1968.

⁷⁰ UDEIMB. *Correspondência dirigida a UDET*. 5 set. 1968.

⁷¹ MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17 jan. 1968. APMC-DPDOR, p. 2–4.

⁷² BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Teófilo Pires. *Divisão Territorial do Brasil*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1967 e MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17 jan. 1968. APMC-DPDOR, p. 2–4.

explícita para isso, há um texto de 1967 que indica uma possível interpretação:

E, tomem nota, seremos um Estado pra lá de importante. Todo escolar saberá que o Brasil foi descoberto em um ponto geográfico situado no Estado de Cabrália, o Porto Seguro, onde o Almirante Pedro Álvares Cabral fundeu suas caravelas. [...] Nossa história pátria conta que, quando da divisão da Terra de Santa Cruz [...] em capitanias hereditárias, a sesmaria que corresponde, com ligeiras modificações, ao futuro Estado de Cabrália, recebeu o nome de Capitania do Porto Seguro⁷³.

Dessa forma, a unidade norte de Minas-sul da Bahia poderia retroceder a Cabral em 1500, às Capitanias Hereditárias de 1534 (Capitania de Porto Seguro) e/ou ao latifúndio de Guedes Brito no século XVII. O passado legitima, explica Eric Hobsbawm. Daí a busca por uma ancestralidade na tentativa de instituir uma tradição, reelaborando fatos e aspectos do passado à luz de necessidades políticas e sociais do presente⁷⁴.

Expedicto Mendonça não é citado nas fontes concernentes ao movimento Cabrália. Mas ele insinua que seu papel teria sido decisivo. Segundo Mendonça, em 1966, ele apresentou o seu plano de tese ao deputado Teófilo Pires que se mostrara muito interessado pelo projeto e o estimulara a concluir seu trabalho⁷⁵. Em 1967, Mendonça foi “surpreendido através da imprensa, com um projeto de autoria do aludido deputado propondo a criação do Estado de Cabrália”. Procurado pelo economista, o deputado afirmou que “todos deveriam lutar pela idéia, não importando o nome que fosse dado ao Estado”⁷⁶.

Mais do que disputa pelo nome, fica implícito um certo ciúme de Mendonça quanto à paternidade do projeto. Efetivamente, as justificativas apresentadas pelos adeptos do projeto Cabrália são muito parecidas com aquelas propugnadas por Mendonça. É possível que o tal “plano de tese” que o economista apresentou ao deputado em 1966 já contivesse as linhas gerais do trabalho que seria concluído posteriormente.

Seja como for, a convergência entre o texto de Mendonça e o projeto Cabrália é explícita e o vivo interesse demonstrado por Teófilo Pires em 1966 indica que a ideia separatista estava sendo discutida e alimentada na região nos anos que precederam à apresentação da proposta ao Congresso Nacional em 1967.

⁷³ O texto foi publicado, pela primeira vez, na imprensa local, em 2 de novembro de 1967, e reunido depois no livro: LÍVIO, Haroldo. *Nelson Vianna: o personagem* (Matéria de Jornal). Belo Horizonte: Cuatiara, 1995. p. 61–63.

⁷⁴ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁷⁵ Correspondência entre Expedicto Mendonça e Alfredo Dolabela. 02 jun. 1984. Documentos avulsos.

⁷⁶ Ibid.

Apesar da mobilização, o projeto Cabrália não logrou êxito no Congresso, tendo sido arquivado no dia 01 de abril de 1971⁷⁷. Embora tivesse o apoio de diversas lideranças e entidades, o projeto não era uma unanimidade. Líderes importantes, como o empresário e deputado Luiz de Paula Ferreira, mantiveram-se distantes, senão na oposição, à iniciativa⁷⁸.

Enquanto o movimento separatista caminhava, outra luta era travada pelas lideranças políticas e empresariais da região: a mobilização contra o projeto de inclusão na área da SUDENE do município de Barreiro Grande (hoje Três Marias).

A iniciativa tinha partido do governo do Estado, ensejando uma enxurrada de protestos em “defesa do norte de Minas”. Novamente a Câmara de Montes Claros, notadamente o vereador Simeão Ribeiro Pires, a UDEIMB e a ACI se mobilizaram. Diferentemente do projeto Cabrália em que aparece apenas o deputado Teófilo Pires, nessa empreitada, outros deputados federais norte-mineiros como Luiz de Paula Ferreira e Edgar Pereira estavam engajados. Os deputados nordestinos, antes adversários, agora foram parceiros na oposição comum ao projeto Barreiro que terminou derrotado no Congresso Nacional⁷⁹.

Nessas circunstâncias a reclamada filiação nordestina foi elevada às alturas. Tudo conspirava a favor disso: a parceria com os nordestinos, o governo mineiro como inimigo comum e a paralela mobilização pelo Estado de Cabrália. Nos textos produzidos no calor dos debates, o norte de Minas passou a ser identificado completamente como nordeste, como se vê nesses argumentos de Simeão Ribeiro Pires:

[...] a emenda incluindo o município de Barreiro Grande [...] é altamente lesiva à região, principalmente para Montes Claros e Pirapora, pois proporcionará o esvaziamento completo do Norte de Minas levando para Três Marias todo complexo industrial que normalmente teria que se instalar naquelas duas cidades norte mineiras [...] *esta emenda aprovada vai roubar todas as possibilidades desse Nordeste faminto e abandonado* [...] ⁸⁰.

Radicalizando, Pires afirmou: “resta ainda a esperança de um estado de Cabrália [...] ou mesmo a anexação à Bahia para a região se ver livre deste governo”⁸¹. A anexação à Bahia era pura retórica, mas a distância em relação ao governo mineiro é evidente.

⁷⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Floriano Rubin. Disponível em <www.camara.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2011.

⁷⁸ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital*. Op. cit.

⁷⁹ “A batalha contra o Barreiro Grande” foi o tema principal do *Diário de Montes Claros* entre os meses de julho e setembro de 1968.

⁸⁰ *Diário de Montes Claros*, Montes Claros, 30 jul. 1968, p. 1. Grifos meus.

⁸¹ *Diário de Montes Claros*, Montes Claros, 20 ago. 1968, p. 1.

O tema do separatismo reapareceu na década de 1980, novamente com a efetiva participação de Simeão Ribeiro e tendo em Expedito Mendonça uma de suas lideranças.

Antes, porém, o engenheiro publicou seu livro mais importante – *Raízes de Minas*, resultado de “22 anos de trabalho”, incluindo uma pesquisa na Torre do Tombo em Portugal. O autor retoma e amplia o tema dos artigos de 1964 e 1965 – a história do latifúndio dos Guedes Brito. Na apresentação – “o porquê desta pesquisa” – ele revela um tom missionário: quer fazer a história, “preservar a verdade”, divulgar documentos⁸².

Nos movimentos Cabralia e Barreiro Grande, com a presença e autoridade de Simeão Ribeiro Pires, falou-se com frequência em unidade norte de Minas–sul da Bahia. Essa tese atravessa *Raízes de Minas* de ponta a ponta. Aqui, o autor procura provar o pioneirismo baiano na colonização do território que viria a ser o norte de Minas e afirmar uma raiz colonial para uma hipotética comunidade de interesses entre norte-mineiros e sul-baianos, apontando o caráter coercitivo da sua separação.

A primazia baiana ou paulista na colonização do norte de Minas é um antigo debate⁸³. Para os objetivos deste artigo, importa identificar os argumentos de Pires. Para este, antes da mineração, os baianos haviam constituído os “currais” às margens do Rio São Francisco e do Rio Verde. Do ponto de vista administrativo, a margem esquerda do São Francisco pertencia à Capitania de Pernambuco e a margem direita à Bahia. A materialização do domínio baiano seria a exploração efetiva realizada pelo “regente do São Francisco” Antônio Guedes de Brito.

O autor identifica as expedições de Espinosa (1553), Tourinho (1572) e Adorno (1576) como “investidas baianas”. Colonizado pelos baianos, especialmente através da pecuária, o território do São Francisco teria sido invadido pela sociedade mineradora⁸⁴.

O domínio baiano seria também evidenciado pela lealdade dos moradores, como o mostraria a sua adesão a Manuel Nunes Vianna, o

⁸² PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: [s.n.], 1979.

⁸³ Autores como ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983, defendem a primazia paulista. Os trabalhos de VIANNA, Urbino de Souza. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 e PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Op. cit., defendem a primazia baiana. Já CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros. De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*. 1693–1737. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002 aponta uma simultaneidade nos processos de colonização paulista e baiana na região.

⁸⁴ PIRES, op. cit., p. 63.

procurador do latifúndio Guedes de Brito. Ligado ao governo da Bahia, Viana era, na prática, o “Governador do Sertão”. Assim, os conflitos entre ele e o Conde de Assumar (Minas Gerais) foram, pela lente de Pires, uma batalha entre capitânias⁸⁵, ao final da qual Minas venceu Bahia, incorporando o sertão do São Francisco, contra a vontade dos seus moradores⁸⁶.

Em síntese, Pires sustenta a primazia baiana na colonização, uma antiga unidade entre os atuais baianos e mineiros do norte, e o caráter forçado da incorporação do território do São Francisco a Minas Gerais, contrariando a sua identidade baiana ou são-franciscana.

O livro consolida ideias que o autor já divulgara na imprensa e nos debates políticos. Organizadas, essas teses seriam repetidas à exaustão nas mobilizações regionalistas nas décadas seguintes.

Uma dessas experiências foi em 1986-1987, quando ocorreu o movimento pelo Estado de São Francisco, com as fronteiras semelhantes ao pretendido estado de Cabralia. O projeto apresentado ao Congresso Nacional pelo deputado norte-mineiro Humberto Souto fundamentava-se nas teses de Simeão Ribeiro Pires e Expedito Mendonça. Além disso, os dois participaram efetivamente da organização do movimento. Pires atuou em Montes Claros, especialmente dando palestras e travando debates; já Mendonça coordenou as atividades em Brasília, tentando costurar apoios entre os parlamentares⁸⁷.

Assim como em 1967-1968, o projeto não unificava as lideranças empresariais e políticas da região, mas parece ter tido uma maior difusão entre os populares, com uma maior divulgação via imprensa e panfletos, sendo o tema debatido nas escolas, faculdades e igrejas e 47 mil assinaturas foram recolhidas na região em favor do Estado de São Francisco⁸⁸.

A justificativa histórica do projeto afirmava que

A criação do Estado de São Francisco, abrangendo a região mineira acima do paralelo 18º e o Sul da Bahia [...] irá unificar essa extensa região (antiga Capitania de Porto Seguro) que [...] teve suas fronteiras violadas e perdeu o acesso ao Atlântico, mas que permanece uma, indivisível nas suas tradições, na sua História e na sua cultura⁸⁹.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Após a Guerra dos Emboabas, foi criada, em 1709, a Capitania Real de São Paulo e Minas do Ouro, desligando-se da Capitania do Rio de Janeiro. A Capitania de Minas Gerais só seria separada de São Paulo em 1721, em decorrência da Revolta de Felipe dos Santos. ANASTASIA, op. cit., p. 15.

⁸⁷ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital*. Op. cit.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Emenda 2B0022-8*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987, p. 2–3.

Não bastasse a iniciativa emancipacionista em si mesma, a unidade cultural das regiões e a afirmação do caráter coercitivo da incorporação do território do norte a Minas Gerais significa uma negação direta da mineiridade. A reação do governo mineiro, à época comandado por Newton Cardoso, foi muito mais forte e sufocou não só o projeto São Francisco como o movimento do Estado do Triângulo⁹⁰.

No calor dos embates, a elegância dos argumentos históricos e culturais foi substituída por uma linguagem agressiva. Sem o apoio da bancada mineira, Expedito Mendonça partiu para uma estratégia diferente, procurando o apoio de deputados de outros estados e batendo forte contra Minas Gerais. Exemplo disso foram os cartazes afixados por ele, no Congresso, com os seguintes dizeres: “CONSTITUINTE, FAÇA UM SEGURO ANTI-GOLPE VOTANDO PELA DIVISÃO DE MINAS GERAIS”. Logo abaixo dessa frase, vinha um mapa de Minas dividido com uma faixa ao meio, separando o Estado em três: Minas Gerais, Triângulo e São Francisco. No interior da faixa, vinha escrito “DIVISÃO DE MINAS: UM IMPERATIVO NACIONAL”. Abaixo do mapa, os dizeres eram: “Na defesa do ESPAÇO POLÍTICO DE MINAS GERAIS NA POLÍTICA NACIONAL, nos últimos 50 anos, MG planejou, organizou e financiou 3 GOLPES DE ESTADO: 1930 - 1932 - 1964 –, com um saldo sinistro para o Brasil de 37 ANOS DE DITADURAS, 50 ANOS DE ATRASO TECNOLÓGICO E CULTURAL E UMA DÍVIDA ALARMANTE. Redivisão política é uma proposta de descentralização e de redemocratização do poder e conduz ao desenvolvimento”⁹¹.

Esses argumentos procuram quebrar a espinha dorsal da mineiridade. Enquanto esta reclama uma histórica luta dos mineiros pela liberdade e seu papel na estabilidade e desenvolvimento da nação, o discurso separatista, com o significativo fato de partir de dentro da própria Minas Gerais, apresenta o Estado como um risco para a unidade nacional, um agente histórico de golpes, suporte de ditaduras e um obstáculo ao desenvolvimento.

Com dizeres semelhantes, mas com um tom ainda mais belicoso, ao discursar no Congresso em defesa do Estado de São Francisco, Mendonça acusou expressamente o Estado de Minas pelos golpes de 1930 e 1964 e pelo massacre dos paulistas em 1932. “Minas Gerais é poderosa, possui extraordinário poder econômico e político, quer conservá-lo e ampliá-lo. Mas a história mostra que os políticos mineiros, tirando honrosas exceções,

⁹⁰ LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. *Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Dissertação (Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 1997.

⁹¹ Cartazes afixados por Expedito Mendonça no Congresso Nacional, em 1987. Arquivo pessoal do economista Alfredo Dolabella.

como JK e Tancredo Neves, os demais são reacionários, beligerantes e golpistas”, afirmou Mendonça. Em virtude disso, o desmembramento do Estado atenderia, também, a um objetivo nacional, porque “O equilíbrio de forças é fundamental para a democracia. Para que a família brasileira venha a dormir em paz, e para prevenir novos golpes de Estado, a divisão de Minas deve ser considerada pela Assembléia Nacional Constituinte um IMPERATIVO NACIONAL”⁹².

Este foi, possivelmente, o mais enérgico discurso antimineiridade naquele movimento. O projeto São Francisco não logrou êxito. A razão principal de sua derrota foi a mobilização do governo de Minas Gerais que, em nome da mineiridade e manejando poderosos recursos materiais e políticos, barrou as investidas emancipacionistas⁹³.

Considerações finais

Os movimentos separatistas não lograram êxito. Mas eles eram apenas a expressão radical de uma identidade regional que Expedito Mendonça e Simeão Ribeiro Pires contribuíram para formatar. Para além dos projetos Cabrália e São Francisco, lideranças empresariais e políticas, entidades e órgãos diversos da sociedade civil norte-mineira reproduziram, na segunda metade do século XX, que a região possui uma história e cultura diversas ou mesmo opostas em relação a Minas Gerais. Essa identidade regional ganhou diversos nomes e significados no período: nordestina, são-franciscana, baiana, sertaneja e, para seus adeptos mais radicais e nos momentos de maior enfrentamento, antimineira.

Simeão Ribeiro Pires faleceu em 1999 e Expedito Mendonça está fora dos palcos regionais na presente conjuntura. Plástico e adaptável como seu próprio adversário, o discurso regionalista norte-mineiro conserva, no tempo corrente, a faceta antimineiridade em estado de hibernação. Mas se os ventos da história soprarem em outro rumo e o mito for novamente desafiado, os textos e ideias de Simeão Ribeiro Pires e Expedito de Mendonça certamente serão requisitados como suporte histórico.

Recebido em: 25 de janeiro de 2015.

Aprovado em: 31 de março de 2015.

⁹² MENDONÇA, Expedito. *Movimento do Estado de São Francisco*. Defesa da Emenda de Criação do Estado de São Francisco, p. 14–15. Arquivo particular do professor Alfredo Dolabela.

⁹³ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital*. Op. cit.; LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. Op. cit.